

CADERNO NACIONAL FORMAÇÃO ORGANIZAÇÃO

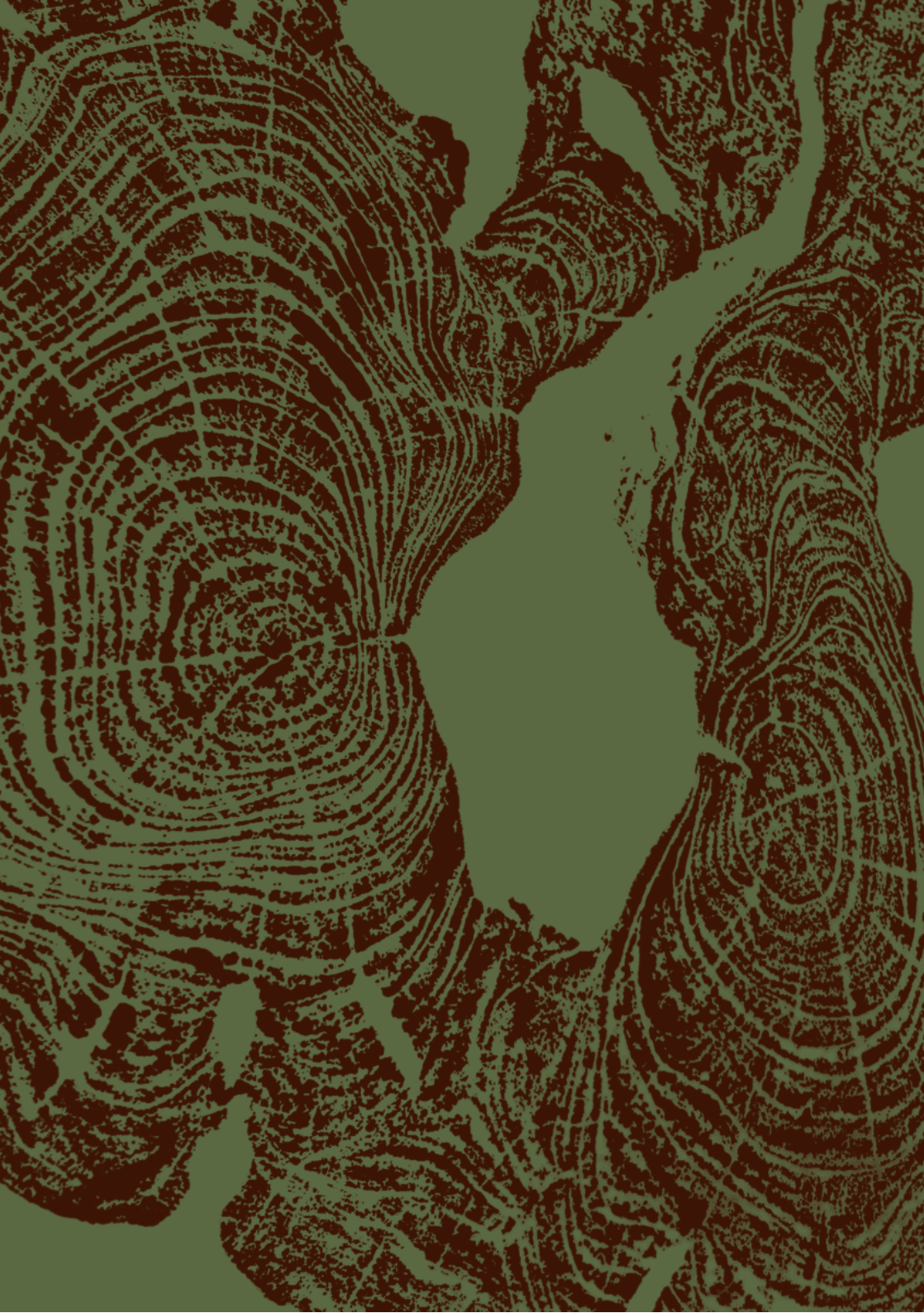
ORGANIZAR A LUTA E CONSTRUIR
REFORMA URBANA POPULAR

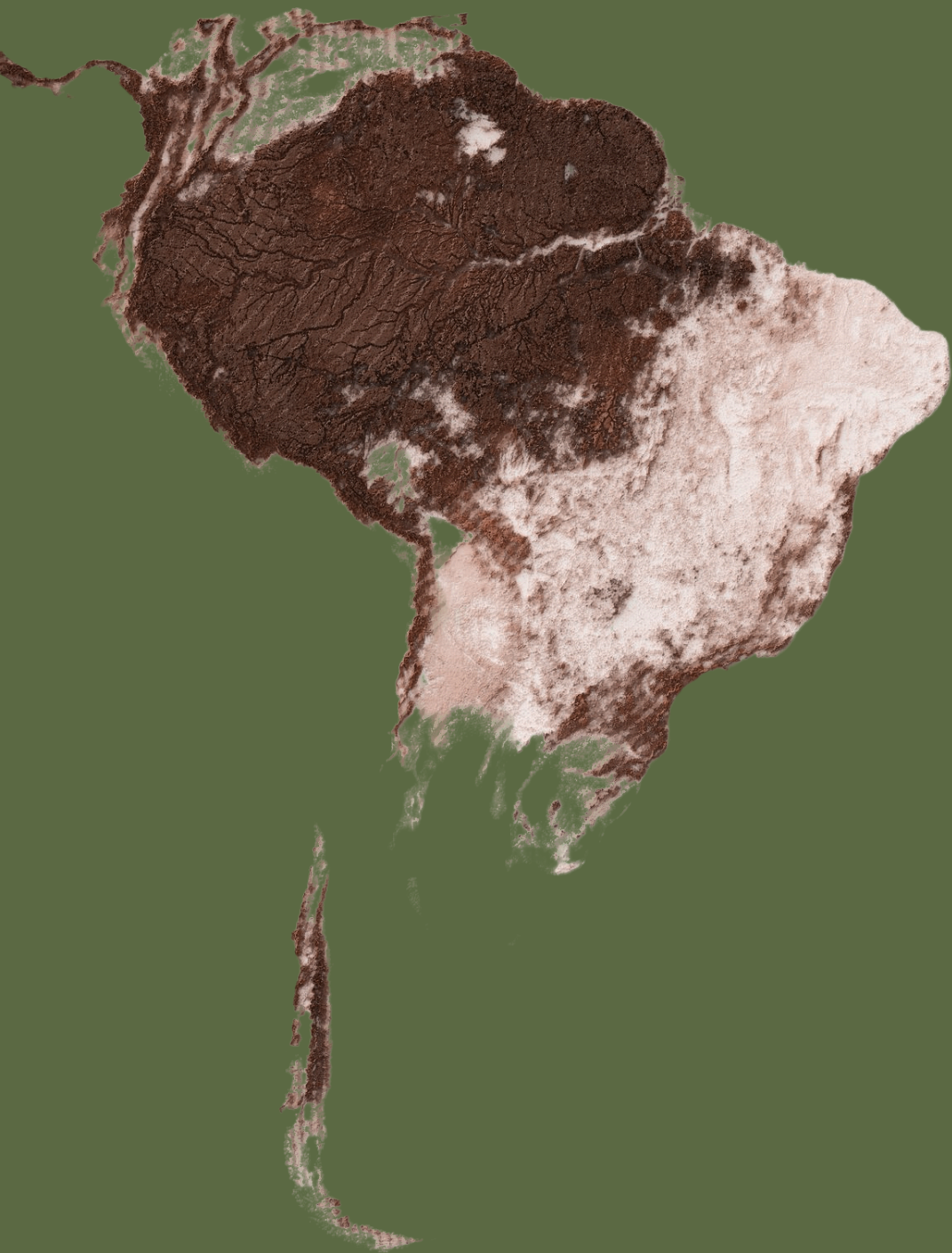
realização:

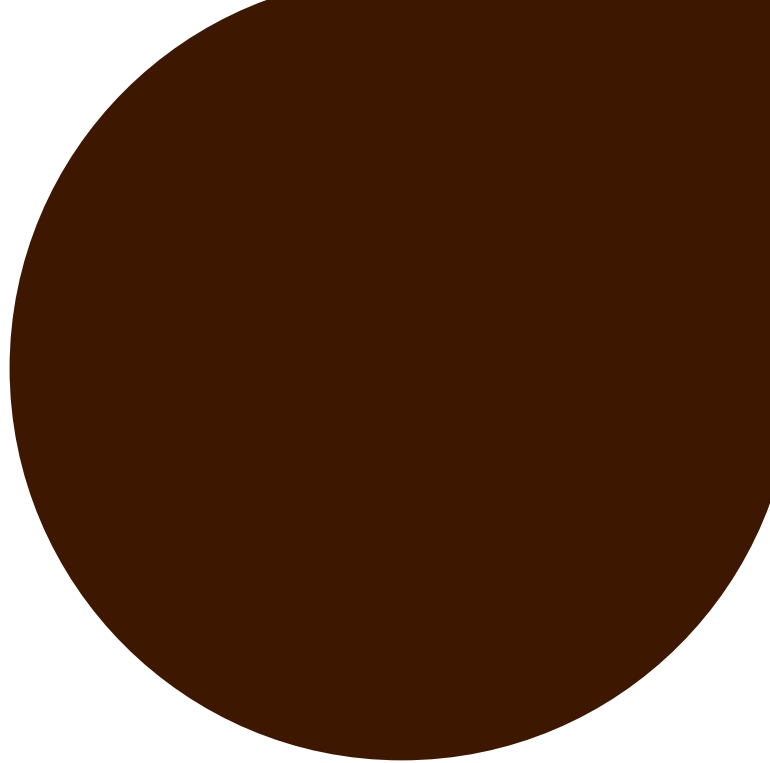


BR
CIDADES









Coordenação Geral da Publicação

BrCidades

Elaboração, Pesquisa e Redação

Carina Serra

Revisão e Conselho Editorial

Alexandre Soares

Carina Serra

Demóstenes Moraes

Erminia Maricato

Isabela Soares Santos

Marcelo Karloni

Margareth Uemura

Viviane Almeida

Agradecimentos

Erminia Maricato, fundadora da Rede BrCidades, cuja contribuição intelectual, sugestões e leituras fortaleceram a construção deste caderno.

As/aos Deputadas/os Federais Carol Dartoro, Erika Hilton, Guilherme Boulos, Luiza Erundina, Natália Bonavides, Pastor Henrique Vieira, Rubens Otoni, Tadeu Veneri e muitos outros parlamentares, que dividiram e dividem conosco tarefas e projeto de futuro.

Apoio Institucional

. Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva dos autores e não representa necessariamente a posição da FRL.

. Esta obra segue o princípio do Acesso Aberto ao Conhecimento, compromisso compartilhado entre BrCidades e Fiocruz/ENSP para garantir a circulação pública e gratuita de materiais produzidos em parceria.

Parceria Técnica

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)

Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Realização

BrCidades

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)



Isto não é um manual.

É uma ferramenta. E como toda ferramenta, seu bom funcionamento depende de quem a usa, onde a usa e de que maneira a usa. Por isso, convidamos cada pessoa comprometida com a transformação social a interpretá-la, melhorá-la e utilizá-la da maneira que melhor funcionar em seu território, realidade ou tempo histórico. Esta ferramenta é um convite à construção coletiva, à preparação de um futuro e à retomada da esperança.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
MÓDULO I - A CONJUNTURA E OS DESAFIOS COLOCADOS.....	10
1. A hegemonia do capital sobre o território.....	11
2. A crise climática como expressão da crise do capital.....	12
3. Esvaziamento das institucionalidades públicas.....	12
4. Criminalização e fragmentação das forças populares.....	13
5. Crise dos métodos tradicionais de organização política.....	13
6. Imóveis vazios e aplicação da Constituição de 1988.....	14
MÓDULO II - O QUE ENTENDEMOS COMO REFORMA URBANA POPULAR?.....	15
MÓDULO III - EIXOS DE ACÚMULO E PROPOSTAS DE UNIDADE.....	19
1. Reforma Urbana Popular como reorganização política territorial.....	21
2. Democratização radical dos instrumentos urbanísticos.....	21
3. Justiça racial, de gênero e territorial como centro do projeto	22
4. Formação política ampliada e integrada.....	22
5. Mobilidade pública, integrada e gratuita.....	22
6. Produção de conhecimento territorializado.....	23
7. Defesa política dos sujeitos em luta.....	23
8. Infraestrutura popular e cuidados coletivos como base da dignidade urbana.....	23
9. Comunicação como prática política e disputa de sentidos.....	24
MÓDULO IV - TAREFAS QUE FAZER?.....	25
1. GT Tô de Olho – Painel/Observatório da Reforma Urbana Popular.....	26
2. GT Comunicação, Formação Política e Disseminação de Conhecimento.....	28
3. GT Assessorias Popular.....	31
4. GT conflitos fundiários e o novo paradigma do espaço brasileiro.....	34
5. GT Lutas sociais e resistência no urbano.....	37
MÓDULO V - UM RESUMO PARA FIXAR AS TAREFAS PRIORITÁRIAS.....	42
MÓDULO VI - COMO USAR ESTE CACHIMBO?.....	47
ENCERRAMENTO.....	50

A dark green circle is positioned in the bottom-left corner of the page. It is partially cut off by the left and bottom edges, creating a semi-circular shape.

APRESENTAÇÃO

Vivemos um momento marcado pela intensificação da crise do capital, pela reconfiguração das formas de acumulação e pela ofensiva sobre os territórios. A financeirização da vida, a militarização e avanço do crime organizado nas cidades, a destruição ambiental e o desmonte das instituições são partes de um mesmo processo: a tentativa de reorganizar a ordem social sob o comando do capital, esvaziando os direitos, dissolvendo os vínculos coletivos e precarizando a reprodução da vida.

Neste contexto, este Caderno Nacional de Discussão não é um compêndio de propostas, é um instrumento de luta. Resultado dos acúmulos do IV Fórum Nacional da rede BrCidades e do projeto nacional “Saúde Coletiva e a Questão Urbana” feito em parceria com a Fiocruz e Abrasco, ele sistematiza os acúmulos políticos e territoriais produzidos por núcleos locais da Rede BrCidades, movimentos populares parceiros e coletivos atuantes em diferentes regiões do país. Reunindo diagnósticos, diretrizes e experiências, o documento parte de uma leitura crítica da realidade brasileira e busca dar forma a um novo ciclo de organização popular em torno da Reforma Urbana Popular.

A Reforma Urbana Popular não é uma política pública setorial. Ela é um projeto político de reorganização da luta de classes a partir dos territórios. Trata-se de disputar um projeto de país, travar confronto com o capital, recuperar o planejamento como campo de disputa, reconstruir os vínculos coletivos e reorganizar a luta nos bairros, nas quebradas, nos assentamentos, nas periferias e nos centros.

Este Caderno parte da realidade concreta dos territórios e das contradições atuais do Brasil. A luta urbana não está isolada: ela está ligada à questão agrária, às transformações no mundo do trabalho, à saúde, à cultura, à política e as mais diversas pautas e debates travados em um país inserido na periferia do capitalismo. Por isso, não se trata apenas de reorganizar as pautas urbanas, mas de reconstruir um projeto popular de país a partir da luta concreta nos territórios.

A dark green circular graphic is positioned in the bottom-left corner of the page. It is partially cut off by the left and bottom edges, appearing as a quarter-circle or a similar segment.

MÓDULO I

A realidade brasileira impõe às forças populares o enfrentamento de um novo ciclo de reorganização do capital e de reconfiguração da dominação. As formas de acumulação se tornam mais complexas, ampliando a mercantilização dos territórios e precarizando a vida urbana. Este módulo sistematiza os principais elementos que estruturam a conjuntura atual, com base nas leituras feitas pelos núcleos locais da Rede BrCidades, pelos movimentos populares parceiros e pelos debates realizados nas mesas do IV Fórum Nacional.

A seguir, são apresentados os diagnósticos que emergem da escuta e da análise dos territórios: o avanço do capital sobre o espaço urbano, a crise climática como expressão da crise do capital, o esvaziamento das institucionalidades públicas, a criminalização das lutas populares e a crise dos métodos tradicionais de organização política.

Mais do que um panorama de dificuldades, trata-se de tornar visíveis as contradições que enfrentamos e contribuir com a construção de estratégias enraizadas no cotidiano das lutas, que reorganizem o campo popular e pavimentem um novo ciclo de enfrentamento e projeto para o país.

1. A hegemonia do capital sobre o território

O espaço urbano brasileiro segue amplamente controlado pelo imobiliário. O Estado opera como mediador dos interesses privados na produção e reprodução do solo urbano, subordinando orçamento, legislação e planejamento ao projeto de acumulação e privatização.

O avanço do capital sobre o território se expressa na flexibilização contínua de instrumentos urbanísticos, frequentemente ajustados para atender aos interesses do mercado, inclusive às custas da proteção socioambiental.

A especulação fundiária se intensifica tanto nas áreas centrais quanto nas periferias, com remoções forçadas, grilagem e perda de espaços públicos e comunitários, deste modo, o território deixa de ser reconhecido como espaço de vida e passa a ser tratado como ativo financeiro, submetido à lógica da mercantilização.

Esse processo assume contornos diferentes em cada região do país, tornando essencial reconhecer a pluralidade territorial brasileira e o papel estratégico das médias cidades, muitas das quais ampliaram o acesso à educação superior e se tornaram novas frentes de disputa social.

2. A crise climática como expressão da crise do capital

As mudanças climáticas não são um fenômeno isolado, mas resultado direto da lógica de acumulação, da exploração predatória dos recursos naturais e da urbanização subordinada ao lucro. O aumento de eventos extremos, como enchentes, secas e queimadas, impacta de forma desigual as populações periféricas e os territórios populares, aprofundando vulnerabilidades e injustiças socioambientais. A crise climática precisa ser compreendida como parte do conflito entre capital e vida, exigindo uma agenda urbana e territorial que articule justiça ambiental, justiça racial e justiça social como eixos indissociáveis da Reforma Urbana Popular.

Nesse contexto, a saúde coletiva deve ser compreendida como um campo estratégico de mobilização, articulando lutas por moradia, transporte, alimentação, saneamento e ambiente saudável como dimensões concretas da reprodução da vida.

3. Esvaziamento das institucionalidades públicas

As arenas formais de participação (conselhos, audiências, conferências) encontram-se capturadas ou esvaziadas. O ciclo de democratização dos anos 1990 não resistiu à nova hegemonia neoliberal e ao avanço conservador institucional.

Há um esvaziamento sistemático dos canais de participação, com conselhos paralisados, conferências descontinuadas e audiências que não passam de formalidade.

A participação popular real tem sido substituída por processos tecnocráticos, centralizados em decisões privadas ou em consultorias externas, ao mesmo tempo, há um silenciamento das vozes comunitárias e ausência de devolutiva nos processos institucionais, aprofundando a desilusão com a política pública e a perda de confiança nos espaços formais.

4. Criminalização e fragmentação das forças populares

O avanço da direita e da extrema direita opera tanto na institucionalidade quanto na criminalização ativa dos movimentos de moradia, das ocupações, das lutas quilombolas, indígenas e periféricas. A repressão política direta e a fragmentação organizativa atingem movimentos históricos e novas formas de resistência, seja por meio de perseguições diretas a lideranças e coletivos, seja por estratégias de deslegitimação pública.

A presença de grupos armados, milícias e outros mecanismos de controle territorial também contribui para o medo, o isolamento das comunidades e a fragmentação das lutas. Soma-se a isso a ofensiva contra ocupações urbanas, movimentos de moradia e iniciativas comunitárias, marcadas por judicializações e violência simbólica. Em muitos territórios, a ausência do Estado e a presença de forças reacionárias impõem disputas simbólicas e materiais que exigem uma articulação entre resistência popular e defesa ativa da soberania nacional como condição para o enfrentamento dessa fragmentação.

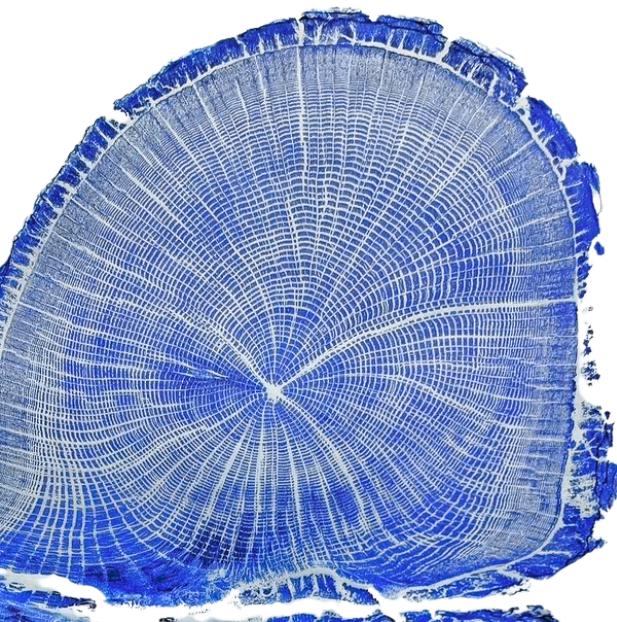
5. Crise dos métodos tradicionais de organização política

As formas clássicas de organização popular (conselhos, fóruns, reuniões) não dialogam plenamente com a juventude e os novos sujeitos políticos. A desmobilização dos sindicatos e a pulverização dos movimentos culturais e periféricos exigem reinvenção organizativa, estética e pedagógica. A juventude, os trabalhadores informais e os coletivos culturais frequentemente não se reconhecem nesses formatos. Ao mesmo tempo, o crescimento de discursos religiosos individualistas e a lógica meritocrática têm enfraquecido a mobilização coletiva. Emergências culturais, artísticas e digitais apontam para caminhos de reinvenção da militância popular, exigindo novas estratégias organizativas, pedagógicas e estéticas.

6. Imóveis vazios e aplicação da Constituição de 1988.

De acordo com o Censo de 2022, o Brasil possui cerca de 11,4 milhões de domicílios vazios, aproximadamente 13% de todas as moradias do país. Ao mesmo tempo, o número de casas e apartamentos sem uso é o dobro das famílias que não têm onde morar ou vivem em condições profundamente precárias. Segundo o levantamento mais recente da Fundação João Pinheiro (2019), o país apresenta um déficit habitacional de quase seis milhões de domicílios.

Esses números expõem uma contradição estrutural, em que ao invés de servir às necessidades coletivas, a produção habitacional tem sido subordinada à especulação imobiliária e à lógica de valorização do capital. Mostram, ainda, que o pacto democrático inscrito na Constituição de 1988 não se realizou. O Artigo 182 estabelece que o uso da propriedade urbana deve cumprir sua função social, o que significa que imóveis vazios, subutilizados ou acumulados como reserva de valor ferem a própria Constituição e negam o projeto de reforma urbana construído pelas lutas populares.





MÓDULO II

o que entendemos como reforma urbana popular?

O mundo tem passado por grandes transformações. Em diferentes partes do globo, observamos a ascensão da extrema-direita, o aprofundamento do neoliberalismo e a consolidação de um ideário conservador que ameaça direitos históricos e aprofunda desigualdades. No Brasil, esse processo se manifesta na desestruturação das políticas públicas, na precarização das condições de vida da classe trabalhadora e na intensificação da violência contra os movimentos populares.

Diante desse cenário, as lutas progressistas enfrentam desafios organizativos significativos. O espaço público tem sido sistematicamente esvaziado de participação popular e as formas de resistência se deparam com novas dinâmicas de repressão e captura pelo capital. Ao mesmo tempo, a luta nos territórios se torna ainda mais essencial, pois é no espaço onde o capitalismo impõe sua lógica de mercantilização da terra, da moradia, do transporte e da própria vida, afetando diretamente a população negra, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e toda a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Em âmbito nacional, a produção e reprodução do espaço estão sendo reconfiguradas pelas dinâmicas do capital, aprofundando desigualdades sociais e territoriais, fortalecendo o controle privado sobre territórios que deveriam estar a serviço do bem comum. Esse processo não se limita às grandes metrópoles, mas atinge também as cidades médias e pequenas, que passaram a ocupar um papel importante na circulação do capital. O avanço do agronegócio e a reconfiguração produtiva do campo têm gerado novas dinâmicas territoriais, transformando a relação entre cidade e campo e acentuando processos de segregação e concentração fundiária. A financeirização das cidades, os megaprojetos urbanos voltados para interesses empresariais e a segregação socioespacial são expressões desse processo.

Em um país marcado pela escravidão e sustentado por um sistema colonial, eugenista e patriarcal, esse processo não pode ser compreendido sem considerar o racismo e o machismo como elementos estruturantes da segregação urbana. A discriminação racial e o patriarcado não apenas se reproduzem no território, mas também sustentam os privilégios de uma minoria e aprofunda as desigualdades sociais e territoriais, restringindo, sobretudo, o acesso da população negra e periférica a direitos básicos e à vida. Por isso, é urgente reafirmar a necessidade de um projeto de Reforma Urbana Popular, que dispute o sentido da cidade e do território como espaços de vida e não como mercadoria, garantindo o direito à terra, à saúde e à vida em um país onde o espaço urbano e rural são cada vez mais apropriados pelo capital.

É fundamental reafirmar a construção histórica do campo da Reforma Urbana, reconhecendo e garantindo as conquistas já alcançadas, ao mesmo tempo em que impulsionamos novas estratégias de lutas frente aos desafios atuais. A Reforma Urbana Popular que defendemos não se trata de um rompimento com esse legado, mas de sua ampliação e aprofundamento, garantindo que os princípios da função social da terra e da cidade sejam fortalecidos pela luta coletiva a partir da organização popular. O desafio que se coloca é fazer avançar um projeto que dialogue com as transformações do tempo presente, sem perder de vista os acúmulos e as experiências construídas ao longo da história das lutas urbanas no Brasil, e, sobretudo, projetar um futuro que enfrente as desigualdades estruturais.

Este documento é um chamado para a construção coletiva dessa bandeira: a Reforma Urbana Popular. Nossa tarefa histórica é consolidar um campo de luta que não apenas resista às ofensivas do capital, mas que também apresente um projeto concreto para disputar o futuro das cidades, da democracia e dos territórios. Esse projeto precisa ser formulado a partir dos territórios, com os movimentos populares, trabalhadoras e trabalhadores, pesquisadoras e pesquisadores, universidades e organizações que acreditam em uma cidade democrática, justa e popular.

Durante o **IV Fórum Nacional da Rede BrCidades**, essa concepção foi amplamente debatida e reafirmada. As falas das mesas, os documentos enviados pelos núcleos e os acúmulos dos movimentos populares parceiros apontaram para a centralidade de uma Reforma Urbana Popular enraizada nos territórios e voltada à construção de um projeto de país. A disputa urbana não é apenas por infraestrutura ou serviços, mas por uma outra forma de organizar a vida social, onde o planejamento recupere seu papel estratégico e o Estado atue em favor da vida e não do capital. A Reforma Urbana Popular é nossa bandeira de disputa pelo futuro.



MÓDULO III

eixos de acúmulo e propostas de unidade

A Reforma Urbana Popular não pode ser compreendida como uma política setorial, técnica ou isolada. Ela se insere em um cenário marcado pela intensificação da expropriação de direitos, pela espoliação da terra e da moradia, pelo avanço das alianças entre capital e conservadorismo e pela criminalização das lutas populares. A cidade, nesse contexto, é o espaço onde essas dinâmicas se territorializam, seja na forma de remoções, despejos, privatizações, controle policial, ou no esvaziamento dos instrumentos de planejamento e participação popular.

Frente a isso, os eixos de acúmulo e ação estratégica da Rede BrCidades se colocam como frentes articuladas de resistência e proposição, ancoradas nas práticas e saberes dos territórios. Mais do que categorias analíticas, são campos de atuação e de formação política, orientados à transformação radical da produção do espaço e à construção de outro projeto de país.

O território aparece aqui com centralidade: não apenas como palco do conflito, mas como lugar onde pulsa a vida coletiva, onde emergem experiências concretas de organização popular, de construção coletiva e de reinvenção da política. Nos debates do Fórum foi reafirmado que não há reforma urbana popular sem considerar os territórios e os sujeitos políticos. Isso exige olhar para campo e cidade em suas múltiplas conexões, enfrentando as formas contemporâneas de espoliação que atravessam desde a mineração e o agronegócio até os grandes empreendimentos urbanos.

A seguir, apresentamos os eixos estratégicos e frentes de acúmulo organizados a partir da sistematização das contribuições dos núcleos e movimentos, articulando-os com os debates realizados durante o IV Fórum:

1. Reforma Urbana Popular como reorganização política territorial

A Reforma Urbana Popular não se limita à política urbana tradicional, mas propõe uma reorganização do poder popular a partir dos territórios, compreendidos como materializações das dinâmicas de acumulação capitalista em múltiplas escalas: local, regional e global. A produção do espaço tem sido estruturada por lógicas de financeirização, mercantilização da terra, expressando as novas formas de expropriação e valorização do capital em um país inserido na periferia do capitalismo. Enfrentar esse processo exige territorializar a luta: fortalecer os núcleos locais, aprofundar o vínculo com sujeitos coletivos enraizados e construir formas de organização que articulem campo e cidade. Isso passa por processos contínuos de diagnóstico político do território. Não como técnica, mas como ferramenta de leitura da realidade e de construção coletiva de alternativas enraizadas nas resistências populares.

2. Democratização radical dos instrumentos urbanísticos

A disputa pelo território passa pela apropriação popular dos instrumentos urbanos. Planos diretores, uso do solo, orçamento, fundos de terra, regularização e destinação de imóveis não podem ser monopólio técnico nem mercadoria, mas sim sob controle social. A Constituição de 1988 já determinou que a propriedade deve cumprir função social; portanto, imóveis vazios, subutilizados ou acumulados como reserva de valor ferem a Constituição e bloqueiam o direito à cidade. Democratizar os instrumentos é garantir que sua aplicação enfrente a especulação e fortaleça o protagonismo popular. Isso exige enfrentar práticas autoritárias como os PIUs e as REURBs privatizantes, e ampliar iniciativas como o Imóvel da Gente, desde que com metodologias participativas reais, não mediadas por consultorias privadas. O orçamento é o campo estratégico da luta: expressa decisões sobre o futuro da cidade e precisa ser politicamente disputado pelos sujeitos organizados nos territórios.

3. Justiça racial, de gênero e territorial como centro do projeto

A Reforma Urbana Popular precisa ser, radicalmente, antirracista, feminista, anticolonial e antiimperialista. Isso implica reconhecer os sujeitos invisibilizados que compõem os territórios: população negra, juventudes periféricas, população em situação de rua, migrantes, mulheres, povos originários e dissidências de gênero, a fim de garantir que suas experiências e formas de organização estejam no centro da construção de políticas públicas, com vínculos com políticas de cuidado, segurança comunitária e defesa da vida, bem como no centro da formulação de um projeto de país.

4. Formação política ampliada e integrada

Formar sujeitos coletivos para disputar o território e o Estado exige mais do que técnica. A formação precisa ser política, jurídica, organizativa e administrativa, articulada com as lutas concretas e situada nos territórios. Isso passa por metodologias interseccionais, intergeracionais e populares, que mobilizem escolas, centros de saúde, equipamentos culturais e espaços de convivência como polos formativos. A formação deve alcançar militantes, lideranças comunitárias e também gestores públicos comprometidos com a Reforma Urbana Popular, com percursos que combinem momentos de imersão e processos contínuos.

5. Mobilidade pública, integrada e gratuita

O transporte público gratuito (tarifa zero) é um dos pilares materiais da reprodução social da classe trabalhadora e condição para garantir a reforma urbana popular. Ele deve ser financiado por fundo público permanente, com controle social e gestão participativa, e articulado ao planejamento territorial. Isso implica enfrentar os interesses privados que capturam o sistema de mobilidade urbana e construir alternativas públicas integradas, acessíveis e universais. Pensar o território é pensar a produção e a reprodução social.

6. Produção de conhecimento territorializado

Mapeamentos populares, diagnósticos comunitários e observatórios territoriais são instrumentos políticos que potencializam a ação popular. É fundamental reconhecer a produção de conhecimento realizada por mulheres, juventudes, povos tradicionais e coletivos negros e periféricos como legítima e estratégica. A articulação entre universidades, movimentos sociais e núcleos territoriais deve ser fortalecida para construir processos de pesquisa e prática que alimentem os projetos de transformação nos territórios. A formação política e teórica de novos e antigos quadros deve ser prioridade em toda e qualquer organização da Reforma Urbana Popular.

7. Defesa política dos sujeitos em luta

É preciso construir coletivamente instrumentos de proteção política, jurídica, digital e emocional para quem enfrenta o Estado e o capital na disputa concreta dos territórios. Ampliar essa defesa para incluir proteção contra violência armada (seja estatal, de milícias ou atores privados) e criar redes de acolhimento e escuta para prevenir adoecimento e sobrecarga emocional de militantes.

8. Infraestrutura popular e cuidados coletivos como base da dignidade urbana

A dignidade urbana começa com o básico: saneamento, água, energia, alimentação saudável, espaços de convivência e cuidado. Mas vai além: lavanderias e banheiros públicos, hortas comunitárias, territórios de acolhimento para mulheres e dissidências, pontos de apoio à população em situação de rua precisam ser compreendidos como infraestrutura urbana legítima, e não como assistencialismo. Essa infraestrutura deve ser prevista nos orçamentos e planos das cidades, a partir das necessidades concretas dos territórios populares.

9. Comunicação como prática política e disputa de sentidos

A Reforma Urbana Popular exige disputar não apenas políticas e territórios, mas também ideias. A comunicação não pode ser entendida como tarefa técnica ou secundária: ela é uma frente estratégica de organização, mobilização e formação. Isso implica construir linguagens conectadas com o cotidiano do povo, produzir materiais acessíveis, formar multiplicadores e disputar os meios, das redes digitais às rádios comunitárias, dos murais aos atos de rua. A comunicação deve expressar o projeto político da Reforma Urbana Popular de forma viva, criando vínculos afetivos, fortalecendo identidades coletivas e enfrentando o avanço do conservadorismo e da desinformação. Mais do que divulgar, trata-se de criar espaços de escuta, articulação e invenção de novas formas de dizer e compreender o mundo. É a chamada “batalha das ideias”.



MÓDULO IV

tarefas . que fazer?

A construção da Reforma Urbana Popular exige acúmulo político, formulação técnica, mobilização territorial e ação coletiva coordenada. Para isso, os Grupos de Trabalho (GTs) surgem como frentes fundamentais de continuidade, articulação e produção da Rede BrCidades. São espaços abertos, interterritoriais, que buscam integrar núcleos, movimentos, lideranças, pesquisadores e profissionais comprometidos com a transformação social.

Os GTs destacados a seguir foram construídos e pactuados no IV Fórum Nacional e refletem os compromissos assumidos coletivamente para o próximo período. Cada um deles conta com uma agenda de trabalho inicial, que será aprofundada por seus integrantes ao menos nos próximos dois anos.

1) GT Tô de Olho - painel/observatório da reforma urbana popular



Diagnóstico e horizonte político:

O GT Tô de Olho nasce da urgência de fortalecer a capacidade da Rede BrCidades de monitorar, sistematizar e denunciar a ausência ou distorção das políticas públicas urbanas e territoriais. Inspirado na palavra de ordem “Tô de Olho!”, o grupo articula núcleos locais e parceiros para construir um Painel/Observatório da Reforma Urbana Popular, capaz de subsidiar lutas concretas e tensionar a máquina pública. Mais do que um instrumento técnico, trata-se de uma ferramenta política para a disputa sobre o Estado, o orçamento e o território.

Principais temas e desafios identificados:

- A destinação de terras da União segue marcada por opacidade e desvio de finalidade, exigindo maior controle popular e articulação com os núcleos locais.
- As políticas públicas (como mobilidade, habitação, saneamento e planos diretores) têm sido capturadas pela lógica burocrática ou tecnocrática, distantes das necessidades populares.
- Ainda que tenha havido avanços na incorporação da perspectiva de gênero, persistem lacunas importantes no que se refere à raça, povos originários e juventudes.
- A ausência de dados públicos confiáveis e a baixa capacidade de fiscalização alimentam o avanço da privatização e o crescimento do poder privado sobre o espaço urbano.
- É necessário renovar a luta política nos territórios, incorporando juventudes, formação técnica popular e metodologias acessíveis para produção de dados críticos.

Objetivos estratégicos:

- Monitorar políticas urbanas e territoriais em curso, com atenção especial às dinâmicas de expropriação, financeirização e privatização da cidade.
- Sistematizar denúncias de repressão e criminalização de lideranças populares.
- Mapear os conflitos fundiários e socioambientais em curso, especialmente em territórios sob pressão.

- Integrar os campos da cidade, saúde, clima e justiça ambiental a partir de diagnósticos e dados populares.
- Fortalecer a incidência institucional da Rede, disputando planos, conselhos e esferas públicas com base em acúmulo concreto e enraizamento territorial.
- Impulsionar a criação de observatórios populares locais articulados entre si e com o Painel nacional.

Plano de ação (2026-2027):

- Etapas do trabalho:
 1. Mapeamento das temáticas prioritárias de cada núcleo (3 meses);
 2. Monitoramento contínuo com metodologia acessível (6 meses);
 3. Elaboração de relatórios e campanhas por tema (3 meses).
- Criação de uma estrutura articulada nacionalmente, capaz de apoiar núcleos em ações de denúncia, pressão institucional e mobilização comunitária.

2) GT Comunicação, Formação Política e Disseminação de Conhecimento

Conversar, agir mudar: reforma urbana popular



Diagnóstico e horizonte político:

A comunicação e a formação política são frentes indissociáveis e estratégicas para a consolidação da Reforma Urbana Popular. Em tempos de avanço do conservadorismo, fragmentação das lutas e naturalização das desigualdades, disputar sentidos, linguagens e formas de organização se tornou parte essencial do enfrentamento político. A comunicação não é apenas ferramenta de divulgação, é campo de disputa direta com o mercado, com o Estado e com o senso comum. Da mesma forma, a formação política não se dá fora da luta: ela emerge do território, enraíza-se nas experiências concretas e retroalimenta a ação coletiva.

Principais temas e desafios identificados:

- Reafirmar a importância da comunicação territorial, por meio de materiais físicos, encontros presenciais, grafites, rodas de conversa e ações de base, ao lado da disputa digital.
- Desenvolver linguagens acessíveis e diversas, priorizando imagens, quadrinhos e outros recursos visuais que dialoguem com realidades distintas e ampliem o alcance dos materiais.
- Valorizar a conversa "olho no olho" como instrumento de formação, escuta e articulação política.
- Estimular processos formativos contínuos e territorializados, conectando teoria e prática, técnica e política, saber popular e saber acadêmico.
- Ainda que tenha havido avanços na incorporação da perspectiva de gênero, persistem lacunas importantes no que se refere à raça, povos originários e juventudes.
- A ausência de dados públicos confiáveis e a baixa capacidade de fiscalização alimentam o avanço da privatização e o crescimento do poder privado sobre o espaço urbano.
- É necessário renovar a luta política nos territórios, incorporando juventudes, formação técnica popular e metodologias acessíveis para produção de dados críticos.

Objetivos estratégicos:

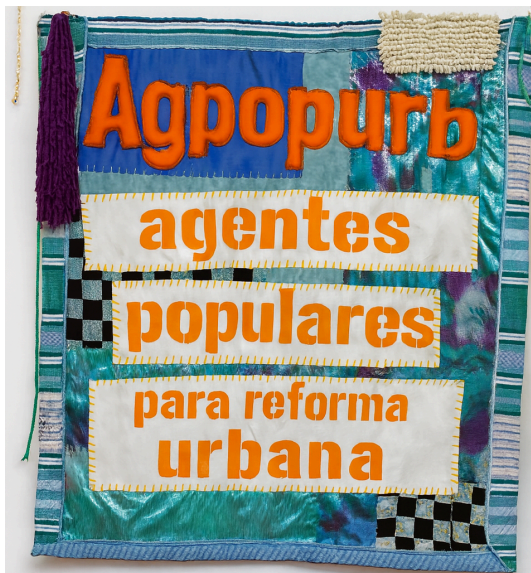
- Articular nacionalmente as experiências de comunicação e formação política, garantindo unidade de sentido, diversidade de linguagens e enraizamento territorial.
- Construir um campo comum de disputa de narrativa, que valorize os sujeitos populares, suas lutas e formas de organização.
- Estimular trocas entre territórios, sistematizando práticas, conteúdos e metodologias formativas já existentes.
- Integrar a comunicação, a formação e a produção de conhecimento popular à luta por planejamento, orçamento público, justiça ambiental e direito à cidade.
- Incidir politicamente em marcos simbólicos e conjunturais com campanhas e mobilizações territorializadas.

Plano de ação (2026–2027):

- Formulário nacional para registro de práticas formativas e construção de um repositório de experiências e metodologias acessíveis.
- Organização de um ato nacional na semana do dia 6 de outubro de 2026, Dia Mundial do Habitat, com mobilizações descentralizadas e linguagem comum.
- Semana de jornada pela Reforma Urbana Popular (1º semestre de 2026): articulação nacional para marcar presença na conjuntura eleitoral, com distribuição de materiais, campanhas de redes, grafites, oficinas e ações públicas em diferentes territórios.
- Encontro nacional de experiências formativas territoriais, com o objetivo de sistematizar metodologias e práticas pedagógicas populares.
- Utilização do site da Rede BrCidades como central de memória e difusão das ações, conteúdos e campanhas, com acesso público e colaboração dos núcleos.

3) GT Assessorias Populares (jurídicas, técnicas, de saúde, ATHIS)

Agentes populares para reforma urbana (Agpopurb)



Diagnóstico e horizonte político:

As assessorias populares cumprem um papel estratégico na sustentação das lutas territoriais diante da ofensiva do capital, da financeirização da cidade e da repressão aos movimentos sociais. Mais do que estruturas técnicas, as assessorias são expressões de alianças políticas e ferramentas de defesa e construção de projetos populares. O desafio colocado é consolidar uma articulação de assessorias técnicas populares e residências com enfoque multidisciplinar com objetivo de realização de um encontro nacional. Essa articulação deve ampliar sua atuação para além da habitação, integrando temas como saúde, saneamento, justiça ambiental, direitos humanos e advocacia popular, reconhecendo a complexidade dos territórios e das formas de expropriação e resistência que os atravessam.

Diagnóstico e horizonte político:

As assessorias populares cumprem um papel estratégico na sustentação das lutas territoriais diante da ofensiva do capital, da financeirização da cidade e da repressão aos movimentos sociais. Mais do que estruturas técnicas, as assessorias são expressões de alianças políticas e ferramentas de defesa e construção de projetos populares. O desafio colocado é consolidar uma articulação de assessorias técnicas populares e residências com enfoque multidisciplinar com objetivo de realização de um encontro nacional. Essa articulação deve ampliar sua atuação para além da habitação, integrando temas como saúde, saneamento, justiça ambiental, direitos humanos e advocacia popular, reconhecendo a complexidade dos territórios e das formas de expropriação e resistência que os atravessam.

Principais temas e desafios identificados:

- Superar o enfoque restrito da assessoria técnica, afirmando uma atuação territorial, interdisciplinar e popular, que articule arquitetos, engenheiros, advogados, profissionais da saúde, da comunicação, da cultura, entre outros.
- Fortalecer os vínculos com universidades e programas de extensão, criando residências técnicas e formações práticas, articuladas ao SUS, SUAS, movimentos e organizações populares.
- Enfrentar a escassez de recursos e editais fora de São Paulo, disputando fontes públicas de financiamento (FNHIS, CAU, fundos setoriais, PlanHab, PlanAB) e construindo estratégias autônomas.
- Articular com o Painel/Observatório da Rede BrCidades para produzir diagnósticos, peças de denúncia e visibilidade pública das violações e lutas.

Objetivos estratégicos:

- Ampliar e fortalecer o conceito de assessoria popular como uma frente de atuação política estruturante da Reforma Urbana Popular.
- Estruturar uma rede nacional, permanente e articulada, capaz de apoiar ocupações, comunidades, territórios e lideranças populares de forma contínua e organizada.

- Criar uma plataforma de intercâmbio metodológico entre assessorias, universidades e movimentos, valorizando os saberes produzidos nas lutas.
- Integrar as assessorias às políticas públicas, planos nacionais e conferências, incidindo nos marcos institucionais.
- Formar agentes populares com capacitação técnica e política, atuando com e a partir dos territórios.

Plano de ação (2025–2026):

- **Realização de um Encontro Nacional de Assessorias Populares** e de Residências Técnicas Populares, promovendo troca de experiências e consolidação da rede (1º semestre de 2026).
- **Criação de uma articulação nacional de Assessorias Populares**, articulando assessorias técnicas, jurídicas, de saúde, cultura e território.
- **Incidência nos planos e políticas nacionais**, como o PlanHab, PlanAB, planos de saúde e conferências das cidades, para garantir o direito universal à assessoria nos territórios.
- **Criação de residências em ATHIS** e programas de formação
- **Fortalecimento da extensão universitária** na interdisciplina, articulando a PRONERU como espaço de articulação prática e política.
- **Criação de cursos integrados de formação política e técnica**, voltados para equipes, agentes comunitários e lideranças populares.
- **Disputa por recursos públicos e fundos sociais**, com apoio a editais e estruturação de projetos de assessoria contínua.

Bandeiras do GT:

1. Direito universal à assessoria técnica e popular nos territórios.
2. Programa Nacional de Educação na Reforma Urbana (PRONERU).
3. Saúde e moradia digna como dimensões indissociáveis no campo e na cidade.
4. Construção de uma Rede Nacional de Assessorias Populares a serviço das lutas e da Reforma Urbana Popular.

4) GT conflitos fundiários e o novo paradigma do espaço brasileiro

Destinação das terras já! Reforma agrária e urbana popular!



Diagnóstico e horizonte político:

Estamos diante de um novo ciclo de urbanização no Brasil, marcado por uma lógica territorial centrada na terra como ativo financeiro e base de extração de valor. Diferentemente dos períodos anteriores, organizados pela industrialização, a cidade e o campo hoje são atravessados pela força do agronegócio, da mineração, da especulação imobiliária e das grandes infraestruturas. Nesse contexto, a fronteira entre urbano, rural e floresta se dissolve, e o território passa a ser palco de um redesenho regressivo, que acirra as expropriações, os deslocamentos forçados, o rentismo e a destruição ambiental.

A centralidade da terra na acumulação contemporânea:

O GT apontou que a terra (urbana, rural ou de fronteira) se converteu no principal vetor da acumulação capitalista no Brasil contemporâneo. Essa dinâmica é sustentada pela presença do agro e da mineração, pela apropriação privada de imóveis públicos, pela financeirização da moradia popular, e por novos mecanismos de espoliação como o avanço das milícias, a ação do crime organizado e a atuação violenta do Estado. A ausência de controle público sobre o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios, somada à lógica de destinação patrimonialista, reforça a negação do direito à cidade e à terra.

Conflitos e criminalizações:

A ofensiva conservadora sobre os territórios se expressa em campanhas de criminalização das lutas sociais, como o “Movimento Invasão Zero”, e no uso de instrumentos legais como a Lei 13.465/2017 para privatizar terras públicas e onerar os mais pobres nos processos de regularização. O GT reafirmou que o enfrentamento desse cenário exige uma aliança estratégica entre movimentos sociais, núcleos locais, universidades e assessorias populares, articulando o campo e a cidade, a floresta e os rios, com ênfase também nos conflitos causados pela crise climática e nos deslocamentos ambientais.

Função estratégica do GT:

O GT não se propõe a executar ações técnicas ou a mediar casos específicos, mas sim a funcionar como **núcleo estratégico de interpretação estrutural da produção do espaço brasileiro sob o capitalismo dependente**. Sua função é articular leitura crítica e orientação política para os demais eixos e lutas da Reforma Urbana Popular, com base em diagnósticos, análise de conjuntura e produção de sínteses que conectem teoria e prática nos territórios.

Objetivos estratégicos:

Sistematizar diagnósticos sobre a reestruturação territorial do país, com foco na centralidade da terra e na renda da terra.

- Analisar o papel do agronegócio, da mineração, das infraestruturas logísticas e da captura das políticas públicas na transformação regressiva dos territórios.
- Produzir materiais críticos e pedagógicos para formação política, ação direta e incidência institucional.
- Alimentar os demais GTs e núcleos locais com subsídios analíticos e ferramentas de denúncia pública.
- Apoiar estratégias articuladas de enfrentamento aos despejos, deslocamentos forçados e à militarização dos territórios.

Plano de ação (2026–2027):

- **Reunião nacional no 1º semestre de 2026**, com o objetivo de articular BrCidades e movimentos sociais para duas frentes principais:
 - Monitoramento dos conflitos territoriais no campo e na cidade, contra despejos e deslocamentos forçados.
 - Incidência pela destinação das terras públicas e privadas para a reforma agrária e urbana popular.
- **Criação de grupo permanente de acompanhamento** dos fóruns da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), dos Planos Diretores e de espaços institucionais de disputa.
- **Levantamento e sistematização de bases de dados públicas** sobre imóveis da União, Estados e Municípios, para subsidiar lutas por habitação social, uso coletivo e equipamentos públicos.
- **Atuação conjunta com assessorias populares** nos casos de regularização fundiária, defesa jurídica e construção de alternativas populares de gestão da terra e do território.
- **Incidência legislativa pela revisão da Lei 13.465/2017** e pela retomada do princípio da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro.

5) GT Lutas sociais e resistência no urbano

Reforma Urbana Popular: Alianças nas Diversidades pelo Direito à Cidade



Diagnóstico e horizonte político:

A Reforma Urbana Popular só ganha densidade quando se ancora nas lutas reais que atravessam os territórios e corpos. Por isso, este GT parte do princípio de que gênero, raça e classe não são recortes analíticos, mas estruturas indissociáveis da disputa pelo direito à cidade. Em um contexto de fragmentação das pautas e de avanço conservador, é necessário fortalecer a unidade das lutas populares a partir de alianças políticas enraizadas no cotidiano, nos afetos e nas práticas de solidariedade, cuidado e resistência

Unidade na diversidade:

As lutas sociais urbanas (feministas, negras, periféricas, LGBTQIAPNB+, de juventude, de cuidado, de saúde, de moradia, de educação) não podem ser subsumidas ou instrumentalizadas por uma única pauta. Elas são centrais para o projeto de Reforma Urbana Popular e devem ser tratadas como tal, com protagonismo político, autonomia organizativa e capacidade de incidência territorial. A proposta de criação de um coletivo LGBTQIAPNB+ no âmbito do BrCidades foi reafirmada como passo estratégico nesse sentido.

Princípios de ação:

O GT formulou sete princípios para orientar as práticas de base e a articulação política em torno da Reforma Urbana Popular:

- Educação Popular
- Formação Política
- Solidariedade e Cuidado
- Defesa da Vida
- Ações Culturais
- Sustentabilidade
- Antirracismo

Plano de ação (2026–2027):

- **Unificação das lutas:** Construção de uma Jornada Nacional de Lutas em 6 de outubro (Dia Mundial do Habitat), com ações simultâneas em diferentes territórios. As mobilizações devem integrar as dimensões de gênero, raça e classe, com base nas lutas já em curso, como os enfrentamentos ao racismo ambiental, à violência de Estado, às opressões estruturais e à mercantilização da vida urbana.

- Material de comunicação popular: Elaboração do “Dicionário da Reforma Urbana Popular”, como ferramenta pedagógica voltada para os territórios. O material deve reunir conceitos fundamentais, expressões populares e narrativas contra-hegemônicas, em uma linguagem acessível, criativa e politizada.
- Coletivo LGBTQIAPNB+: Apoio e visibilidade ao processo de construção de um coletivo LGBTQIAPNB+ no interior da Rede BrCidades, garantindo a transversalidade dessa pauta em todas as ações e documentos políticos da Rede.

Bandeira do GT:

Reforma Urbana Popular: Alianças nas Diversidades pelo Direito à Cidade



ATO P

REFO

URE

POP

PÚBLICO
ORMA
BANA
ULAR



MÓDULO V

Nos últimos anos, avançamos em plataformas, textos, articulações e diagnósticos, especialmente com a construção da **Plataforma de Lutas pelo Direito à Cidade**, em 2022. Neste ano, em 2025, não temos como objetivo refazer esse caminho, mas dar um passo à frente: organizar a luta. Por isso, **o que está em debate aqui não é apenas o que queremos, mas como faremos.**

As mesas e grupos de trabalho organizados durante o IV FÓRUM NACIONAL DA REDE BRCIDADES não buscaram, portanto, repetir listas de propostas. **A tarefa central era construir uma agenda unificada de mobilização até o final de 2026**, que articule campanhas, frentes, assessorias, formações, disputas orçamentárias, visibilidade pública e proteção dos sujeitos que sustentam a luta. Ao mesmo tempo, buscamos encontrar caminhos convergentes para uma transformação estrutural, com diagnósticos atualizados sobre as novas formas de acumulação, o papel da terra na urbanização e a violência institucional.

Reunimos núcleos locais, movimentos sociais, organizações parceiras, universidades, coletivos populares e sujeitos que têm sustentado, com radicalidade e paciência, as lutas nos territórios. Queremos que este documento e este Fórum sejam marcos históricos de uma virada geracional, organizativa e política da luta urbana no Brasil.

Seguiremos em frente, organizando a luta em cada vila, morro, beira, bairro, roça, quebrada e centro urbano. Porque a cidade, como o campo, é um território em disputa. E porque quem planta reforma urbana popular, colhe futuro.

Criação de Grupos de Trabalho Nacionais:

1) GT NORDESTÃO

Movidos pela centralidade da diversidade regional e das transformações do capitalismo e na sociedade sobre a produção do espaço urbano, os diversos núcleos da rede BrCidades inseridos na região Nordeste do Brasil se reuniram ao fim do sábado, com o objetivo de trocar experiências, ações, e formulações.

Ao fim da reunião os núcleos propuseram a criação de um GT específico para estabelecer uma troca contínua e permanente entre si.

2) GT “TÔ DE OLHO”

Construir um GT para organização e tabulação de dados de política públicas até Novembro, em articulação com os núcleos a partir de temas de interesse locais, para subsidiar as suas lutas (p.ex: grupo que está atuando sobre destinação de terras da União)

Bandeira:

Tô de olho... NA PRIVATIZAÇÃO
NOS CONFLITOS URBANOS
NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
NA DESTINAÇÃO DE TERRAS
NA FALTA DE DADOS

3) GT COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Grupo responsável por elaborar a proposição de incidências no âmbito da comunicação e formação política e estruturação de uma jornada pela reforma urbana popular.

Tarefas do GT:

a) Ato pela reforma urbana popular na semana do dia 6 de outubro de 2025 (dia do habitat) associada a mobilizações nos territórios durante essa semana; **b)** Semana de jornada pela reforma urbana popular, com ações descentralizadas que demarquem a pauta em diferentes territórios do país (campanhas de distribuição e diálogo com materiais físicos, campanha de redes, realização de grafites, formação política, etc);

c) Incorporar Gênero, Raça e Classe na Jornada de Lutas;

d) Produzir materiais de comunicação popular, para ação nos territórios, como um “Dicionário da Reforma Urbana Popular” (saindo da lógica das redes controladas por algoritmos de grandes corporações);

Bandeira: CONVERSAR, AGIR, MUDAR: REFORMA URBANA POPULAR

4) GT ASSESSORIAS POPULARES

Grupo de articulação de assessorias técnicas populares e residências com enfoque multidisciplinar com objetivo de realização de um encontro nacional. O grupo também terá como objetivo articular a incidência em políticas públicas e territoriais para que sejam pensadas ações e formas de financiamento e formação para atividades voltadas para assessoria técnica e agentes populares.

Bandeira: Agentes populares para reforma urbana (Agpopurb)

5) GT CONFLITOS FUNDIÁRIOS E O NOVO PARADIGMA DO ESPAÇO BRASILEIRO

Grupo para discutir o paradigma atual da produção do espaço no Brasil, sustentado pela expansão do agronegócio, mineração e atividades extrativistas, com impactos diretos no campo e na cidade. Tarefas: a) Reunião na primeira semana de outubro para discutir ações articuladas entre o BrCidades e os movimentos sociais para incidir sobre os temas: I) Monitoramento dos conflitos territoriais no campo e na cidade contra os despejos e deslocamentos forçados causados pelo capital e pela crise climática; II) Pela destinação das terras públicas e privadas para a reforma agrária e urbana popular.

Bandeira: Destinação das terras já! Reforma agrária e urbana popular!

6) GT LGBTQIAPNB+

Grupo com objetivo de unificar as lutas de gênero, raça e classe com ações de base territorial levando a bandeira da Reforma Urbana Popular. Tarefas: 1) Unificar as lutas na Jornada de Lutas Nacional de 06 de outubro (Dia Mundial do Habitat). Tendo como elementos estruturantes Gênero, Raça e Classe;



MÓDULO VI



como usar este cachimbo?

1. Leituras em grupo

Pode ser lido coletivamente em rodas de conversa, reuniões de núcleos, assembleias e encontros formativos. A leitura compartilhada permite interpretações cruzadas e o fortalecimento do pensamento crítico coletivo.

2. Ciclos de estudo temáticos

Cada eixo do caderno pode ser desdobrado em um ciclo de estudo, com encontros semanais ou quinzenais. Esses ciclos podem mobilizar diferentes sujeitos nos territórios, ajudando a aprofundar debates e formar multiplicadores.

3. Oficinas e formações populares

Pode ser base para oficinas temáticas, círculos de cultura, oficinas de mapeamento popular, atividades com mapas e imagens, dramatizações, leitura encenada ou leitura comentada. Formações podem ser feitas com educadores, militantes, estudantes ou moradores de comunidades.

4. Intervenções em políticas públicas

Pode subsidiar a formulação de propostas, campanhas ou incidências em conselhos, audiências públicas, conferências, revisões de planos diretores ou espaços institucionais. Pode servir de referência para elaborar documentos e posicionamentos políticos.

5. Campanhas e mobilizações

Suas bandeiras e análises podem ser transformadas em panfletos, faixas, cartazes e materiais gráficos para campanhas locais e nacionais. Também pode ser uma ferramenta política em datas simbólicas como o 1º de Maio ou o Dia Mundial do Habitat.

6. Ensino, extensão e pesquisa

Pode ser utilizado em atividades de extensão universitária, componentes curriculares em escolas, cursos livres, projetos de residência ou grupos de pesquisa. Pode ajudar a construir uma ponte entre saberes acadêmicos e populares.

7. Produção de materiais pedagógicos populares

Pode inspirar a criação de cartilhas, zines, vídeos, podcasts, jogos, glossários e outros formatos formativos, fortalecendo a pedagogia da Reforma Urbana Popular.

8. Planejamento de núcleos e coletivos

Pode orientar o planejamento político de núcleos locais e coletivos parceiros, ajudando na definição de agendas, ações prioritárias, construção de alianças e mobilizações futuras.

9. Articulação entre redes e territórios

Pode ser base comum para pactuar estratégias entre diferentes organizações, núcleos e entidades que atuam em regiões diversas, fortalecendo alianças de longo prazo e trocas metodológicas.

10. Análise e leitura crítica de conjuntura

Pode ser utilizado como base para rodas de análise de conjuntura, leitura coletiva dos processos políticos, territoriais e institucionais que atravessam o Brasil, articulando leitura estrutural com ação concreta.

encerramento

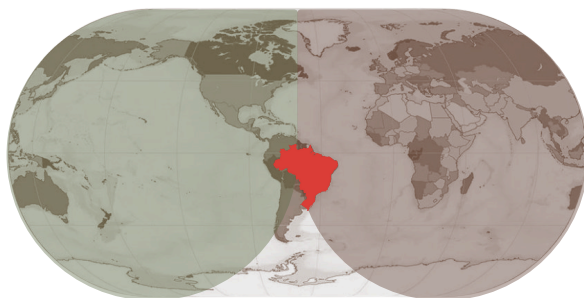
Os próximos dois anos exigem que transformemos as reflexões da rede em ação concreta. Isso significa fortalecer os núcleos locais, ampliar alianças com movimentos e organizações populares, disputar corações e mentes com narrativas que expressem a diversidade e a força do nosso povo, e construir práticas que enfrentem as formas históricas e atuais de exploração e expropriação.

É hora de transformar as deliberações em tarefas, de sustentar a unidade que construímos e de aprofundar os laços entre campo e cidade, cultura e política, saúde e justiça social.

Seguimos firmes!

CONVERSAR, AGIR, MUDAR:

REFORMA URBANA POPULAR



*por uma visão não dualista
de uma realidade dualista
na periferia do capitalismo*

realização:



BR
CIDADES



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE SAÚDE COLETIVA



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO
BRASIL E PARAGUAI

